

Curso capacita intérpretes forenses na 3ª Região

Cerca de 50 profissionais participaram de treinamento inédito promovido pela Justiça Federal em parceria com a UNB

Ricardo Nabarro

Auxiliares essenciais da Justiça, sobretudo em processos penais, os intérpretes forenses garantem que não falantes do Português (sejam estrangeiros, indígenas ou surdos) compreendam plenamente o que se passa nas audiências de custódia ou de instrução e, assim, tenham garantidos os seus direitos constitucionais e o acesso à ampla defesa.

Com esse objetivo, a Justiça Federal da 3ª Região, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e com a formadora de intérpretes Jaqueline Nordin, da Suécia, realizou um curso inédito de formação e capacitação de intérpretes forenses, para a atuação nas audiências cíveis e criminais dos fóruns federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Cerca de 50 profissionais foram treinados em mais de 10 línguas estrangeiras, indígenas e de sinais, entre as quais Guarani, Russo, Italiano, Libras, Língua de Sinais Venezuelana, Crioulo-Haitiano, Chinês, Japonês, Espanhol, Francês, Árabe e Inglês.

O curso foi coordenado pelo juiz federal Paulo Marcos Rodrigues de Almeida, da Central de Conciliação (Cecon) em Guarulhos/SP, pela professora Sabine Gorovitz (UnB) e pela formadora de intérpretes Jaqueline Nordin.

“Todos os anos, cerca de 300 estrangeiros passam pelos bancos dos réus da Justiça Federal só em Guarulhos, por conta de prisões ocorridas no aeroporto, sem contar os indígenas que, normalmente como vítimas ou testemunhas de crimes federais, comparecem nas salas de audiência da Justiça Federal precisando da inter-



*Paulo Marcos Rodrigues de Almeida,
Juiz Federal*



Jaqueline Nordin

venção de intérpretes forenses competentes”, disse o juiz federal Paulo de Almeida.

Para o magistrado, é essencial que na Justiça Federal haja uma interpretação forense de qualidade, desempenhada por profissionais qualificados, para o efetivo respeito às garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. “Apenas compreendendo em sua língua nativa o que se passa no processo penal é que o réu não falante do Português – seja estrangeiro ou indígena – poderá efetivamente defender-se e exercer em plenitude o contraditório”, disse.

Tutoria especializada

A interpretação forense é uma área de especialidade muito distinta e peculiar, o que torna o treinamento dos profissionais um desafio diante das demais áreas da interpretação. A tutora e desenvolvedora do curso, Jaqueline Nordin, é autora do livro “Introdução à Interpretação Forense no Brasil”. Atuou como intérprete forense por quase uma década, filiando-se a associações como a NAJIT (National Association of Judiciary Interpreters and Translators) e a EULITA (European Legal Interpreters and Translators).

Jaqueline Nordin acredita que o Poder Judiciário brasileiro iniciou um trabalho importante com este curso de capacitação. “É um marco na história da interpretação forense no Brasil, mas não podemos esquecer que os operadores do Direito também precisam saber utilizar o intérprete como ferramenta de trabalho da melhor forma possível.”

A formadora de intérpretes lembrou que o país contempla mais de 280 línguas, além das línguas de sinais. “Proporcionar acesso ao serviço público requer um esforço conjunto quando se vive em um país de proporção continental como o Brasil, multiétnico, multicultural e plurilíngue. Todos estes aspectos foram levados em conta na elaboração do curso, que contempla tanto as competências profissionais e técnicas dos intérpretes forenses quanto apresenta os desafios mais peculiares desta área de especialidade.”

Dados do Sistema de Assistência Judiciária Gratuita (AJG) revelam que, **entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019** (período imediatamente anterior à pandemia, excluindo-se, portanto, a época de restrição de voos internacionais em 2020/2021), as cinco varas federais da Subseção de Guarulhos com competência criminal nomearam **1.496 intérpretes** para atuação em processos com réus estrangeiros (média de oito intérpretes nomeados/vara, por mês).



O violonista Robson Miguel (62), reconhecido pelo seu trabalho musical e autor de 22 livros, dentre eles “Índios - Uma história contada pelos verdadeiros donos do Brasil”, foi um dos participantes do curso. De origem cafuzo (mistura de índio com negro), foi eleito cacique da aldeia Guarani de Itaóca-Mongaguá-São Paulo, sendo o primeiro a gravar o Hino Nacional Brasileiro na língua Guarani. Atualmente, atua como tradutor intérprete forense multiétnico indígena no Tribunal de Justiça de São Paulo. “Fiquei surpreso com a excelência do curso e a quantidade de saberes adquiridos em apenas 40 horas-aula. Me ajudou a traduzir e interpretar as terminologias forenses, com embasamento jurídico e, ao mesmo tempo cultural. Sem dúvida, esse conhecimento ajudará a tornar o país mais justo e igualitário aos povos indígenas.”

Particularidades da 3ª Região

Além de Guarulhos, outras subseções judiciárias localizadas em áreas de fronteira, como é o caso de Corumbá e Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, e de Santos, no litoral paulista, também demandam rotineiramente os serviços de intérpretes de línguas estrangeiras, sem contar os casos envolvendo indígenas não fluentes em Português, recorrentes sobretudo nas Subseções de Dourados, Naviraí e Ponta Porã/MS.

O juiz federal Vitor Figueiredo de Oliveira, da 2ª Vara Federal de Ponta Porã, falou das características locais. “Aqui é normal a necessidade de intérprete do idioma Guarani. A maior incidência é no Juizado Especial Federal, em que diversas testemunhas e partes falam essa língua.”

Sobre as audiências com estrangeiros, o magistrado afirmou ser comum que moradores de Pedro Juan Cabellero (cidade divisa de Ponta Porã) saibam falar bem o Português. Mesmo assim, ele acha a capacitação de intérpretes salutar. “Quando temos uma audiência com a presença deste profissional é um desafio para todos os envolvidos e quanto maior o preparo melhor”, frisou.



A UnB, por seu grupo de pesquisa Mobilang, em parceria com a formadora de intérpretes Jaqueline Nordin e outros profissionais e instituições (entre elas a Defensoria Pública da União), têm oferecido cursos regulares e gratuitos de capacitação de intérpretes comunitários. Confira as informações na página www.mobilang.unb.br